

**Caminhos da Pós-Graduação em
Educação no Nordeste do Brasil:
Avaliação, Financiamento, Redes e
Produção Científica**

Maria Vilani Cosme de Carvalho
Josania Lima Portela Carvalhêdo
Francisco Antonio Machado Araujo
Organizadores

**Caminhos da Pós-Graduação em
Educação no Nordeste do Brasil:
Avaliação, Financiamento, Redes e
Produção Científica**

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Reitor

Prof. Dr. José Arimatéia Dantas Lopes

Vice-Reitora

Prof^a. Dr^a. Nadir do Nascimento Nogueira

Superintendente de Comunicação

Prof^a. Dr^a. Jacqueline Lima Dourado

Caminhos da Pós-Graduação em Educação no Nordeste do Brasil: Avaliação,
Financiamento, Redes e Produção Científica

© Maria Vilani Cosme de Carvalho | Josania Lima Portela Carvalhêdo
Francisco Antonio Machado Araujo

1^a edição: 2016

Revisão

Francisco Antonio Machado Araujo

Diagramação

Wellington Silva

Capa

Mediação Acadêmica

EDUFPI – Conselho Editorial

Prof. Dr. Ricardo Alaggio Ribeiro (presidente)

Prof. Dr. Antonio Fonseca dos Santos Neto

Prof^a. Ms. Francisca Maria Soares Mendes

Prof. Dr. José Machado Moita Neto

Prof. Dr. Solimar de Oliveira Lima

Prof^a. Dr^a. Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz

Prof. Dr. Viriato Campelo

Ficha Catalográfica elaborada de acordo com os padrões estabelecidos no
Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2)

C183 Caminhos da pós – graduação em educação no nordeste do Brasil: avaliação,
financiamento, redes e produção científica / Maria Vilani Cosme de
Carvalho, Josania Lima Portela Carvalhêdo, Francisco Antonio Machado
Araújo, organizadores. – Teresina: EDUPI, 2016.

E-Book.

ISBN: 978-85-509-0044-5

1. Educação. 2. Pós - Graduação. 3. Pesquisa em Educação. I. Carvalho,
Maria Vilani Cosme de. II. Carvalhêdo, Josania Lima Portela. III. Araujo,
Francisco Antonio Machado. IV. Título.

CDD: 378.81

Bibliotecária Responsável:
Nayla Kedma de Carvalho Santos CRB 3^a Região/1188

| | |
|---|------------|
| APRESENTAÇÃO | 9 |
| OS ENCONTROS DE PESQUISA EDUCACIONAL NA CONSOLIDAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO DO NORDESTE: REFLEXÕES E ENCAMINHAMENTOS Ivana Maria Lopes de Melo Ibiapina | 19 |
| FORMAÇÃO DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO PARA A ÉTICA EM PESQUISA João Batista Carvalho Nunes | 59 |
| A ÉTICA NA PESQUISA EM EDUCAÇÃO: DESAFIOS ATUAIS Jefferson Mainardes | 73 |
| ARTICULANDO PESQUISA E PRÁTICA NO MESTRADO PROFISSIONAL Marli André | 83 |
| CONCEPÇÃO, LEGITIMAÇÃO E EXPANSÃO DOS MESTRADOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO NO BRASIL Tânia Maria Hetkowski | 99 |
| DESAFIOS DOS MESTRADOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO: PESQUISA COLABORATIVA E INSERÇÃO SOCIAL Maria de Fátima Gomes da Silva | 123 |

**PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NO NORDESTE:
ENTRE OS ENLACES DO PASSADO E A CONSTRUÇÃO DE
NOVOS SIMBÓLICOS NACIONAL/REGIONAL** 137
Antonia Almeida Silva

**PRODUZIR E COMPARTILHAR CONHECIMENTOS
EM EDUCAÇÃO** 155
Edvaldo Souza Couto

**AValiação NOS PLANOS DE PÓS-GRADUAÇÃO:
PERCURSOS HISTÓRICOS E MODELOS** 173
Lucinete Marques Lima

**EXPANSÃO E INSERÇÃO SOCIAL DA PÓS-GRADUAÇÃO NO
BRASIL: ANÁLISE DA REGIÃO NORDESTE** 191
Edineide Jezine • Luciana Rodrigues Ferreira

**INTERNACIONALIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO
NORDESTE: CONCEPÇÕES, DIRETRIZES E FINANCIAMENTO** 215
Alda Maria Duarte Araújo Castro

**EDUCAÇÃO SUPERIOR E INTERNACIONALIZAÇÃO:
CONCEPÇÕES, ESTRATÉGIAS E FINANCIAMENTO** 237
Luisa Cerdeira

**PRÁTICAS EDUCATIVAS E CULTURAIS DE JOVENS
PRIVADOS DE LIBERDADE** 255
Lia Machado Fiuza Fialho

**OCUPAÇÕES NAS ESCOLAS: A JUVENTUDE COMO
SUJEITOS DE UMA OUTRA ESCOLA** 269
Orlandil de Lima Moreira

**DIVERSIDADE, DIREITOS HUMANOS E FORMAÇÃO DOCENTE
NO COTIDIANO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA** 287
Jane Adriana Vasconcelos Pacheco Rios

**FORMAÇÃO DOCENTE PARA A DIVERSIDADE: ALGUMAS
APROXIMAÇÕES E PROBLEMATIZAÇÕES** 301
Suzana Maria Barrios Luis

**PUBLICAR OU PERECER: DESAFIOS
TRAZIDOS PELO DIGITAL** 319
Nelson de Luca Pretto

SOBRE OS AUTORES 341

Publicar ou perecer: desafios trazidos pelo digital

Nelson de Luca Pretto¹

Uma visada sobre o contemporâneo

Publicar ou perecer é a frase-mantra que acompanha todo pesquisador, no Brasil e no mundo. A cultura digital é o pano de fundo das reflexões deste texto e, para tal, necessário se faz, primeiramente, pensar nas transformações trazidas exatamente pela presença do digital.

O primeiro elemento a ser considerado no debate diz respeito ao universo comunicacional e suas transformações nos últimos tempos. Antes do digital o período era de relativa escassez de informação, com poucos meios para se fazer circular a informação de tal forma que as escolas e as universidades terminavam funcionando como um local especial para tal, tendo o professor, nesse contexto, um papel fundamental de provedor das informações. Era, evidentemente, uma escola de elite, que atendia a poucos e, por isso mesmo, privilegiados e poderosos.

Com o advento do digital e das redes de informação e comunica-

¹ Professor titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutor em Comunicação. Email: nelson@pretto.pro.br. Agradecimento às colegas Flávia Rosa (UFBA), Marillei Fiorelli (UFRB) e Sule Sampaio pela revisão e comentários ao texto.

ção, radicais transformações foram introduzidas na maneira de produzir e distribuir as informações e os conhecimentos. Hoje, falamos intensamente nas nuvens de informações. Portanto, desde que a conexão de qualidade seja garantida, podemos, numa simples busca, acessar o que desejamos num clique de mouse ou num arrastar de dedo.

O avanço na circulação dos produtos culturais se dá, principalmente, pela facilidade de manipulação desses produtos que passam a ser digitalizados (os livros, discos, filmes, etc) uma vez que, transformados num conjunto de zeros e uns, podem ser facilmente replicáveis e distribuídos com relativo baixo custo. Na palavras de Lawrence Lessig, o criador do sistema de licenciamento *Creative Commons*,

[a]s tecnologias digitais, ligadas à Internet, poderiam produzir um mercado muito mais competitivo e vibrante para construir e cultivar a cultura; esse mercado poderia incluir uma gama muito maior e mais diversificada de criadores; esses criadores poderiam produzir e distribuir uma gama muito mais vibrante de criatividade [...]. (LESSIG, 2004, p. 9, tradução nossa).²

A partir dessa potencial abundância de informações, importante conceituar os denominados bens rivais e não-rivais, para compreender mais a fundo o esforço das grandes corporações (e o sistema científico mundial) em manter seus modelos de negócios (ou *modus operandis*). Inspirados no capítulo “O rossio não-rival” de Imre Simon e Miguel Said Vieira no livro *Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias de poder* (PRETTO; SILVEIRA, 2008), podemos melhor compreender a distinção entre esses dois conceitos a partir de um exemplo. Um livro impresso não pode ser compartilhado sem a perda do produto original, ou seja, se lhe dou um livro, eu fico sem o livro propriamente dito, portanto um bem rival. Já o conteúdo desse livro pode ser compartilhado, ou seja, eu posso lhe dar o conteúdo sem com isso destruir o arquivo original. Um parêntese aqui seria útil, para colocar em xeque o próprio conceito de “original”, o que aqui não faremos por falta de espaço.³ Na abertura do capítulo de Simon e Vieira recém

² No original: “Digital technologies, tied to the Internet, could produce a vastly more competitive and vibrant market for building and cultivating culture; that market could include a much wider and more diverse range of creators; those creators could produce and distribute a much more vibrant range of creativity [...]” (LESSIG, 2004, p. 9)

³ Para ler um pouco mais sobre o tema sugiro o livro de Win Wenders, *A lógica das imagens*.

mencionado, os autores trazem para essa reflexão a frase atribuída a George Bernard Shaw que explicita a distinção entre rival e não rival: “Se você tiver uma maçã e eu tiver uma maçã, e trocarmos as maçãs, então cada um continuará com uma maçã. Mas se você tiver uma idéia e eu tiver uma idéia, e trocarmos estas idéias, então cada um de nós terá duas idéias.” (SIMON; VIEIRA, 2008, p. 15).

Portanto, o digital nos traz e potencializa a ideia do compartilhamento como um bem a ser valorizado e enaltecido e não criminalizado como vem ocorrendo contemporaneamente. Os mecanismos de “escassez artificial de algo que não se esgota” começam a ser postos em questão e, nas palavras de Sarita Albagli

[a] dualidade entre abundância/circulação ampliada/apropriação social versus escassez/concentração/apropriação privada da informação e do conhecimento pode assim estar desafiando os modos de regulação vigentes. Logo, na contracorrente dos novos cercamentos do que é produzido em comum, estabelece-se a crise de execução das relações de propriedade. (ALBAGLI, 2015, p. 13).

Crise essa que nos estimula a pensar mais sobre os valores do compartilhamento.

A ideia de compartilhamento

O título do primeiro capítulo do livro *We Think*, de Charles Leadbeater, deu nome ao nosso atual projeto de pesquisa com apoio do CNPq e tem sido o mantra de todo o trabalho de nosso grupo de pesquisa na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. A frase título e mantra é: “Você é o que compartilha”. Para ele, estamos vivendo um momento em que a colaboração em massa pode fazer significativa diferença na forma como pensamos, vivemos, produzimos e distribuimos o conhecimento. Continua ele: “estamos testemunhando o nascimento de uma forma diferente de abordar o como nos organizamos, que oferece oportunidades significativas para melhorar a nossa forma de trabalhar, consumir e inovar.” (LEADBEATER, 2009, p. 24,

Rio de Janeiro: Edições 70, 1990, v. 50.

tradução nossa).⁴

Algumas das características dessa perspectiva de produção colaborativa poderiam ser resumidas em quatro pilares fundamentais: i. maior ênfase na participação; ii. maior ênfase na colaboração; iii. uma forma mais transparente de atuar no mundo; e, para nós o mais importante: iv. constitui-se em um movimento de baixo para cima, em vez de de cima para baixo (menos *top-down*)!

Além de tudo, essa forma colaborativa e aberta de se produzir conhecimento pode custar muito menos, pois é muito mais caro realizar essa produção de forma secreta em laboratórios ou escritório isolados. Como afirma mais uma vez Charles Leadbeater, tudo isso “terá sucesso não porque é nobre, altruísta ou moralmente edificante [verdade que para nós esses são valores muito importantes!], mas porque é a mais eficaz forma de organizar a inovação em massa em grande escala. Funciona. (LEADBEATER, 2009, p. 125, tradução nossa).⁵

Essas inovações em massa e processos colaborativos demandam, no entanto, termos redes fortalecidas. Mas, falar em rede implica, inicialmente, qualificar como entendemos esse conceito. Estamos acostumados a mencionar o vocábulo rede como sendo associado às grandes redes de comunicação da mídia de massa tradicional (*mainstream media*), vinculadas aos enormes conglomerados de comunicação que englobam não só os meios de comunicação como também diversos outros setores. Uma rede centrada, portanto, numa lógica de distribuição, onde o que impera é o modelo um para todos. Esse, sem dúvida, é um possível tipo de rede, mas não a que nos interessa. São exemplos, como já mencionamos, as grandes redes de televisão, mas são também, implantadas a partir desses mesmos modelos, as redes da indústria cinematográfica, da indústria editorial, tanto dos livros como das revistas acadêmicas, objeto maior de nossa reflexão aqui nesse texto.

Queremos portanto, trabalhar com outra concepção de rede, uma rede horizontalizada, com nós fortalecidos, onde todos, potencialmente, possam ser, ao mesmo tempo, produtores e consumidores de produtos e informações. Uma rede que se autoalimente pela seu uso intensivo.

⁴ No original: “we are witnessing the birth of a different way of approaching how we organise ourselves, one that offers significant opportunities to improve how we work, consume and innovate”.

⁵ No original: “We-Think will succeed not because it is noble, altruistic or morally uplifting but because it is the most effective way to organise mass innovation at scale. It works”.

Assim, o próprio conhecimento torna-se uma ato social, como afirma David Weinberger no livro *Tudo é miscelânea: o poder da nova desordem digital*⁶ (WEINBERG, 2007, p. 133). O autor, a partir de uma análise de projetos baseados em miscelâneas, trás um olhar sobre a Wikipédia e a situação na qual duas pessoas estão editado e reeditando um determinado verbete até a chegada a um consenso, consenso esse obtido (ou não!) a partir do debate gerado na específica página de discussão do verbete, envolvendo outras pessoas. Para Weinberger, nessa situação, o conhecimento não veio dos cérebros de cada um, mas da conversa. Para ele “o conhecimento existe entre os colaboradores. É o conhecimento que não tem conhecedor. O conhecimento social muda o quem e como se faz o conhecimento mais do que muda o [próprio] conhecimento.” (WEINBERG, 2007, p. 143-144, tradução nossa).⁷

São essas profundas transformações em curso que demandam uma imersão plena no universo da cibercultura, que podem, potencialmente (não custa insistir!), viabilizar grandes mudanças no mundo da ciência, da cultura, da tecnologia e também da educação. Assim, o debate sobre a circulação do conhecimento passa a ser, ele também, objeto de uma reflexão sobre o como se dá a sua produção na contemporaneidade.

Essa produção vem se fortalecendo pelo que está sendo conhecido como ciência aberta e com todas as iniciativas de ciência cidadã⁸ uma vez que, desde o seu início, todos os processo que envolvem essa produção, já se configuram como processos abertos e colaborativos, ou seja, desde o nascedouro, o produzir conhecimento é um processo de partilha e não de competição, o que, obviamente, constitui-se num importante campo de disputa.

Uma característica básica para se pensar em processos abertos para a produção do conhecimento é que os próprios dados das pesquisas estejam disponíveis, abertos, de tal forma a possibilitar que com eles possam ser desenvolvidas novas pesquisas que, por sua vez, também estarão disponíveis desde o seu início, reduzindo o esforço individual em levantamento de dados, transformando- num esforço coletivo e co-

⁶ No original: “Everything is Miscellaneous: the power of the new digital disorder.”

⁷ No original: “The knowing happened not in either one’s brain but in their conversation. The knowledge exists between the contributors. It is knowledge that has no knower. Social knowing changes who does the knowing and how, more than it changes the what of knowledge”

⁸ Para melhor acompanhar essa temática ver PARRA, H. Ciência cidadã: modos de participação e ativismo informacional, capítulo publicado no livro de autoria de ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L.; ABDO, A. H. (Org.). **Ciência Aberta, questões abertas**. Brasília: Ibict; Rio de Janeiro: UNIRIO, 2015, p. 121-142.

operativo. Outra importante dimensão da ciência aberta é que as ferramentas utilizadas para a pesquisa sejam também elas abertas, a exemplo do que vem sendo desenvolvido, a título de exemplo, pelo Centro de Tecnologia Acadêmica (CAT) da UFRGS.⁹

Numa outra dimensão, necessário se pensar no acesso aberto às publicações acadêmicas de tal forma a viabilizar a circulação dessa produção. No campo educacional, ganha espaço o movimento em torno dos Recursos Educacionais Abertos (REA), que não será tratado nesse texto¹⁰, mas que constitui, para o campo da educação um importante movimento e que merece toda nossa atenção.

Todas essas dimensões aqui postas são objetos de disputa no mundo contemporâneo. Tem prevalecido, desde os primeiros movimentos da atual etapa da chamada globalização, um predomínio de aspectos econômicos, e portanto, de poder, com intenso movimento das grandes corporações transnacionais que atuam de forma articulada de maneira a pressionar governos (executivo, legislativo e judiciário) a atuarem de forma contundente na preservação dos seus interesses. Temos acompanhado esses movimentos em todos os campos subjacentes à discussão aqui posta, no campo educacional e no da publicação científica em particular. Não vamos aqui nos debruçar, mas estas disputas vão além da educação propriamente dita, passando pelas políticas públicas de telecomunicações e comunicações, da internet, da pesquisa e desenvolvimento, da indústria nacional, da indústria editorial, demandando ações muito mais articuladas e articuladoras do que atualmente ocorre.

Podemos dizer que vivemos uma guerra, acompanhando Sérgio Amadeu da Silveira ao afirmar:

[o]s combates perceptíveis são de uma guerra que se dá pelo controle e modulação da sociedade global em um cenário informacional em que o valor está cada vez mais em produtos simbólicos e bens intangíveis, ou seja, em uma economia imaterial. Neste período histórico de transição de um mundo industrial para uma era informacional, os poderes soberanos e disciplinares vão sendo suplantados pelos controles amplamente distribuídos e cada vez mais geradores de dominações enredadas em grandes corporações. (SILVEIRA, 2013, p. 7).

⁹ <http://www.if.ufrgs.br/~pezzi/CA2015>. Acesso em 27 jul.2016.

¹⁰ Ver SANTANA, B.; ROSSINI, C.; PRETTO, N. D. L. **Recursos Educacionais Abertos: práticas colaborativas e políticas públicas**. Salvador, Bahia: Edufba, 2012.

Com esse panorama, certamente incompleto, podemos adentrar um pouco mais no específico campo da publicações.

Frentes de publicações.

Não me parece que pare alguma dúvida sobre a importância do publicar. Publicar para prestar conta à sociedade do que é pesquisado, especialmente nas universidades e centros de pesquisa públicos, pesquisas essas realizadas notadamente com uso exclusivo de recursos públicos. Publicar para compartilhar com os pares e com isso, promover o desenvolvimento da ciência. Essa é a conhecida comunicação científica, que inclui, tanto as publicações estritamente acadêmicas como aquelas muitas vezes denominadas de divulgação científica ou popularização da ciência.

Nessa última frente – a divulgação científica - são inúmeras as iniciativas desde o tempo quando os meios de comunicação de massa eram os únicos e principais veículos de escoamento dessa produção. É nesse diálogo com a sociedade que podemos dar mais transparência sobre o que fazemos na academia, além, obviamente, de contribuir para a formação científica da juventude. Em artigo escrito em 1992, já afirmava sobre a importância de nos aproximarmos dos meios de comunicação de massa, buscando dar uma outra dimensão à essa comunicação que não fosse centrada no espetacular ou na ideia de um fácil consumo pela sociedade. (PRETTO, 1992).

As iniciativas que buscam quebrar essa lógica e trazer para a sociedade uma maior divulgação dos resultados e, principalmente, dos processos de produção dos conhecimentos têm ocupado algumas emissoras de televisão, jornais e revistas da grande mídia, mas cresce de forma muito significativa a presença de cientistas no - universo dos blogs que, hoje, têm se constituído como importantes meios de informação para a sociedade e mesmo para jornalistas. A militância em torno da divulgação científica – o termo é militância mesmo! – já conseguiu um importante tento que é a inclusão de uma aba no sistema de currículo Lattes que possibilita o registro das publicações e intervenções nesse campo. Com essa possibilidade de registro, o que se espera é que a avaliação dessa produção seja efetivada o que, lamentavelmente, não vem acontecendo, especialmente no quesito avaliação dos programas de pós-graduação e mesmo na avaliação acadêmica do pesquisador, uma vez que esse tipo

de registro é pouco valorizado, sendo praticamente desprezado. Aspecto esse destacado por Garry Hall em seu livro *Digitize this book! - The Politics of New Media, or Why We Need Open Access Now* (HALL, 2008) ao afirmar serem os blogs a forma de manifestação intelectual do século XXI. Esse posicionamento de Garry Hall em discussão ocorrida no blog *if:book*¹¹ do Instituto para o futuro do livro, ressalta a importância dos professores (pesquisadores) serem intelectuais públicos, postura essa tão importante quanto às relativas às pesquisas e publicações entre pares. No entanto, diz ele, “dentro da academia há uma atitude de um certo desprezo por aqueles que buscam se tornar um intelectual público”. Entretanto, as possibilidades trazidas pela web são enormes sendo ela (e os blogs e redes sociais) uma “força muito mais disruptiva” do que foi a televisão num passado recente.¹² Com a rede, isso mudou radicalmente a forma como podemos nos comunicar com a sociedade, devendo, portanto, ser esse um importante elemento para a avaliação acadêmica. Esse passa a ser mais um campo de disputa, desta vez [fazer divulgação científica], internamente, à própria comunidade científica.

Uma outra importante frente de publicação é aquela que se dá no seio da própria academia, avaliadas por pares (*peer review*),¹³ e publicadas nas revistas acadêmicas. Aqui enfrentamos o grande desafio, em especial em países como o Brasil e particularmente nas regiões como no Norte e Nordeste do país, que é o esforço maior de conseguir espaço para que essa produção possa, de fato ser aceita e publicada. São diversos os quesitos que aqui poderiam ser tratados e sem desconsiderar a abrangência do tema, buscarei destacar alguns aspectos da problemática, no que considero ser a sua dimensão mais ampla.

A primeira e principal questão que se coloca têm a ver com a artificial transformação de bens não rivais em bens rivais, já mencionados, mas que necessário se faz ir um pouco mais a fundo.

A produção de conhecimento se dá, numa boa parte dos casos, no interior das universidades e de centros de pesquisas públicos e com

¹¹ <<http://futureofthebook.org/blog>>. Acesso em 31 jul.2016.

¹² http://futureofthebook.org/blog/2006/08/01/now_playing_academics_in_the_r/>. Acesso em 28 jul. 2016.

¹³ Para o escopo desse texto não vamos abordar essa questão o que não significa que também ela, não seja uma questão em disputa. Nas palavras de Sarita Algabli, “a figura do *peer review*, a quem cabe operacionalizar o filtro de qualidade e de certificação da produção científica, pode vir a ceder terreno para a figura da curadoria, que remete ao estar junto, à atenção e ao cuidado, à coprodução.” (ALBAGLI, 2015, p. 16).

financiamento também público. Ocorre que, na hora da necessária publicação, recorre-se às editoras privadas que tanto cobram dos autores para a publicação dos seus artigos, como dos leitores para que tenham acesso a eles através das assinaturas dos periódicos ou de compra individual de artigos. A razão alegada por muitos para se procurar essas empresas é a de que, estando a revista em uma grande editora internacional, o fator de impacto dos artigos aumenta e, com isso aumenta a avaliação da revista e dos pesquisadores que lá publicam. Matéria na ComCiência (Lajor e SBPC)¹⁴ descreveu o caso da *Revista Brasileira de Física* que passou a ser editada pela Springer. Segundo o seu editor, Luiz Nunes, estar nessa editora internacional é melhor pois

[...] eles são muito agressivos na parte de divulgação da revista, no marketing, dentro e fora do Brasil. Então eles oferecem a revista para bibliotecas, divulgam artigos, promovem os melhores artigos do ano etc. Além disso, eles oferecem apoio para o trabalho administrativo, como cobrança de artigos atrasados, por exemplo, e também uma revisão do inglês para um número pequeno de artigos.¹⁵

Obviamente esses são argumentos factíveis, porém caminham na direção de adotar-se uma perspectiva mais comercial do que acadêmica para a publicação científica. Isso tem significado, na prática, que os resultados das pesquisas, transformados em manuscritos publicados em revistas especializadas (avaliados por pares) transformam um bem que é não rival (o conhecimento, que existe, potencialmente, em abundância), em um bem escasso, aprisionado num suporte - a revista - e a uma empresa, a editora. Portanto, um bem rival. Um dado não menos importante é que a avaliação por pares, mesmo nessas empresas, é toda realizada pelos próprios pesquisadores, pois esse é um *valor* no mundo da publicação acadêmica, que não são nem mesmo remunerados para o trabalho que depois será comoditizado sem necessidade de inclusão desses custos.

Para se ter acesso à essa produção, o Brasil vem investindo com

¹⁴ <<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=79&id=974>>. Acesso em 28 jul. 2016.

¹⁵ <<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=79&id=974>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

a manutenção do importante Portal de Periódicos da CAPES,¹⁶ criado no ano 2000, sendo essa iniciativa a consolidação de políticas públicas iniciadas em 1986 com o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias, quando se implantou um programa de aquisição planejada de periódicos para as bibliotecas do sistema de ensino superior brasileiros. O Portal de Periódicos da CAPES seria uma espécie de meta base de dados já que ele agrega um conjunto de outras bases de dados espalhadas pelo mundo afora, de tal forma que o acervo do Portal é composto por mais de 37 mil periódicos em texto completo, 130 bases referenciais e 12 bases dedicadas exclusivamente a patentes, possibilitando o “livre” acesso para aqueles que estão nas instituições públicas de pesquisa e ensino.¹⁷ No ano de 2013, o investimento feito pelo Brasil para a manutenção do Portal de Periódicos foi de US\$ 93.872.151,11¹⁸ incluindo o pagamento de assinaturas para as editoras comerciais. Esse montante é menor, obviamente, do que se fosse realizada a aquisição de cada artigo individualmente pelos pesquisadores brasileiros e é fruto de intensa negociação com o conjunto das grandes editoras. Não resta dúvida que o investimento é importante para o avanço da pesquisa no país, entre outras coisas pelo fato de que, uma vez que as negociações são feitas em massa, se conseguiu, ao longo dos anos, reduzir o preço do artigo baixado, que passou de U\$5.53 em 2001 para U\$1.59 em 2014. (ALMEIDA; GUIMARÃES; ALVES, 2010).¹⁹

Esses são dados que apontam claramente para o poder dos grandes grupos editoriais, que se constituem nos intermediários no processo da divulgação do conhecimento produzido mundialmente. Não são poucas as manifestações contrárias à esse poder que objetivamente dificulta uma mais ampla socialização do conhecimento produzido. Essa luta ganhou novos contornos ao se constatar que editoras como a Elsevier, Springer e Wiley juntas são proprietárias de mais de 20.000 artigos científicos e possuem cerca de 42% do total de artigos publicados no mundo. Outra análise, desta vez com mais de 45 milhões de artigos avaliados por pares, indicou que todos eles foram publicados, em 2013,

¹⁶ <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em 31 jul.2016

¹⁷ Dados apresentados em palestra da Diretoria de Programas e Bolsas no País, Coordenação-Geral do Portal de Periódicos em 9/5/2014. Contato: dpb@capex.gov.br.

¹⁸ Fonte: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/sobre/Orcamento_2004-2013_tabela.pdf>. Acesso em 25 jul.2016.

¹⁹ Fonte: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/sobre/Orcamento_2004-2013_tabela.pdf>. Acesso em 25 jul.2016.

apenas pelas cinco maiores editoras do mundo, a Reed-Elsevier, Springer, Wiley-Blackwell, Taylor & Francis and SageMais.²⁰

Contrária a essa prática concentracionista e dos altos preços das revistas acadêmicas o matemático Timothy Gowers lançou um movimento denominado *O custo do conhecimento*²¹ que pregava o boicote à editora Elsevier ganhando velozmente mais de 15 mil assinaturas de pesquisadores de todo o mundo.²² Essa ação do matemático tinha a ver, obviamente, com os altos preços cobrados pela referida editora para publicação e acesso, mas ia além. Denunciava a

[...] venda casada de periódicos para as bibliotecas das universidades e a recusa à qualquer tipo de negociação – o que as obrigava a adquirir publicações que não eram de interesse; e o fato da empresa apoiar projetos de lei americanos como o Sopa (*Stop Online Piracy Act*), Pipa (*Protect Intellectual Property Act*) e *Research Works Act* (RWA)²³ – todos rechaçados por defensores da internet livre ao redor do mundo.²⁴

Com uma atitude mais propositiva na defesa da liberdade de acesso ao conhecimento e com uma verdadeira atitude hacker (HIMANEM, 2001; SILVEIRA, 2013), o jovem Aaron Swartz, estudante do Massachusetts Institute of Technology (MIT, nos Estados Unidos), acessou a rede da Universidade usando sua grande habilidade com sistemas computacionais e baixou 4,8 milhões documentos dos arquivos da JSTOR,²⁵ base de dados *on-line* com inúmeros periódicos acadêmicos e, com isso, ele foi acusado de ter violado os termos de uso do contrato da Universidade com o JSTOR. Não existiu nenhuma prova de que algu-

²⁰ These Five Corporations Control Academic Publishing. Vocativ, [S.l.], 10 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.vocativ.com/culture/science/five-corporations-control-academic-publishing/>>. Acesso em 30 jul.2016.

²¹ <http://thecostofknowledge.com>

²² <https://www.theguardian.com/science/2012/apr/24/harvard-university-journal-publisher-s-prices>. Acesso em 23 ago.2013.

²³ O Research Works Act era um “projeto de lei que tramitou no congresso americano e continha disposições para proibir o acesso aberto à pesquisa financiada pelo governo federal e efetivamente reverter o NIH Public Access Policy, que exige que toda pesquisa financiada pelos contribuintes americanos seja de livre acesso.” Cf. BARROS, M. A. de. A Primavera Acadêmica e o custo do conhecimento. Rio de Janeiro, RJ: Liinc em Revista, set. 2012. v. 8, n. 2, p. 365–377. Acesso em 12 jun.2016.

²⁴ <<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=79&id=974>> Acesso em: 20 jul. 2016.

²⁵ <<http://www.jstor.org/>>

ma distribuição massiva tenha sido feita com esses artigos baixados, no entanto, “a Procuradoria dos Estados Unidos queria que Aaron Swartz fosse exemplarmente condenado. Queria uma pena de 35 anos de prisão e dizia atuar para desestimular a violação do *copyright*.” (SILVEIRA, 2013, p. 12). Não resistindo a essa pressão, Aaron suicidou-se em janeiro de 2013 e passou, com isso, a ser considerado um símbolo da luta pelo acesso livre ao conhecimento. Nas palavras de Sergio Amadeu da Silveira,

[o]s embates não parecem que irão arrefecer. As possibilidades de colaboração, interação e troca de arquivos digitais continuarão a crescer se a Internet continuar aberta, não proprietária, não submetida aos controladores da infraestrutura de telecomunicações. Todavia, a indústria de *copyright* articula seus próximos lances para tornar bens culturais e expressões simbólicas apropriadas como se fossem bens escassos. (SILVEIRA, 2013, p. 13)

Para além dessa luta de combater a concentração do poder nesses intermediários, cresce de forma visível o movimento do acesso aberto, que passaremos a discutir no próximo bloco.

Movimentos de acesso aberto

O movimento de acesso aberto vem ganhando espaço em todo o mundo especialmente a partir dos pioneiros trabalhos de Steven Harnard²⁶ da Universidade Quebec (Montreal/Canadá) e Universidade Southampton da Inglaterra. Harnard propõe alguns princípios para esse movimento, princípios esses que tornaram-se elementos centrais na defesa do acesso aberto, como disponibilizar artigos inteiros arbitrados *on-line* por pares, que ficam acessíveis para cada pesquisador, em todos os lugares, 24 horas por dia, todos interligados através de citações, totalmente disponíveis para navegação e pesquisa, sendo facilmente recuperáveis, gratuitamente, para todos e para sempre.²⁷

Para que tal de fato seja uma realidade, necessário que tenhamos políticas públicas que fortaleçam as publicações em acesso aberto. Exemplo importante no Brasil são os repositórios institucionais, notadamente os localizados nas universidades públicas, o *Scientific Eletronic*

²⁶ <<http://www.ecs.soton.ac.uk/people/harnad>>. Acesso em 22 jul. 2016.

²⁷ <<http://users.ecs.soton.ac.uk/harnad/Tp/resolution.htm>>. Acesso em 22 jul.2016.

Library Online (Scielo) e os portais de periódicos que adotam o Sistema de Editoração Eletrônica de Revistas (SEER).

O Scielo disponibiliza de forma aberta os artigos científicos no Brasil e América Latina, inclusive com livros integrais no Scielo Livros implantado em 2012. Hoje o Scielo constitui-se numa coleção de periódicos que cobre 16 países, indexam cerca de 1.000 periódicos e acumulam mais de 500 mil artigos em Acesso Aberto.²⁸

É importante e merece destaque o trabalho do Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (IBICT) na manutenção e suporte do Sistema de Editoração Eletrônica de Revistas (SEER), uma tradução do sistema originalmente desenvolvido por John Willinsk na Universidade de British Columbia, traduzido e colocado à disposição pelo IBICT para todas as instituições que desejem implantar os periódicos de acesso aberto no país.²⁹ O Portal brasileiro de revistas de acesso aberto (OASISBR) é uma importante iniciativa também liderada pelo IBICT, no qual podem ser encontradas informações sobre o universo dessas publicações no país (e também em Portugal), através de “um mecanismo de busca multidisciplinar que permite o acesso gratuito à produção científica de autores vinculados a universidades e institutos de pesquisa brasileiros [e também portugueses].³⁰

Mas, ao mesmo tempo que esse movimento cresce, cresce também o número de revistas predatórias ou mesmo de pesquisadores que fraudam o sistema. De um lado, encontramos revistas de acesso aberto que fazem cobranças para que os artigos possam ser publicados e, com isso, o “aberto” fica restrito à saída, ou seja à leitura dos artigos, sendo eles pagos pelos autores para serem publicados. Esse é, obviamente, um caso em que políticas públicas para apoiar a manutenção desses periódicos, especialmente aqueles que estão abrigados nas universidades públicas, em sua maioria as mantenedoras das revistas no nosso campo, a Educação. Uma possível estratégia, entre tantas outras, poder ser a criação de Núcleos de Periódicos nas instituições de forma a dar sustentação e apoio à todas as revistas ali abrigadas, em todas as áreas, já que uma boa parte dos custos de edição e publicação estão concentrados na

²⁸ <http://blog.scielo.org/blog/2015/06/19/scielo-adota-cc-by-como-atribuicao-principal-de-acesso-aberto/#.V50E4WQrJD8>. Acesso em 27 jul.2016.

²⁹ <<http://www.ibict.br/pesquisa-desenvolvimento-tecnologico-e-inovacao/sistema-eletronico-de-editoracao-de-revistas-seer>>. Acesso em 19 jul.2016.

³⁰ <<http://oasisbr.ibict.br>>. Acesso em 31 jul.2016.

operacionalização do sistema SEER, na revisão, normalização, tradução e editoração das revistas. Se, complementarmente, associarmos esses Núcleos de Periódicos às Editoras Universitárias, estaríamos fortalecendo, de forma coletiva e colaborativa, uma política de comunicação científica pública em cada IES e, no conjunto, no país.

Por outro lado, o acesso aberto também vem sendo atacado por ações predatórias, obviamente sustentadas pela lógica do publicar ou perecer, que leva a pesquisadores buscarem publicar a qualquer custo, e, no caso, esse custo está associado à existência de revistas sem nenhum critério, que passam a liberar para publicação artigos sem mérito científico. O caso mais conhecido e mais curioso foi o do artigo submetido pelo cientista australiano Peter Vamplew ao *International Journal of Advanced Computer Technology*³¹ com apenas uma única frase, *Get me off Your Fucking Mail List (Me tire dessa sua porra de lista de emails)*³², repetida mais de oitocentas vezes ao longo do texto que incluía também gráficos com a mesma frase. Vamplew recebeu parecer aprovando o artigo indicando a sua alta qualidade.³³ Esse é, obviamente, uma situação extrema, no entanto, são inúmeros outros casos de revistas que possuem esse comportamento predatório sendo de grande importância o trabalho realizado pelo bibliotecário da Universidade do Colorado (Denver, Estados Unidos) Jeffrey Beall,³⁴ que mantém um blog com os casos de revistas predatórias, fazendo com que seja possível para o pesquisador saber onde não submeter seus artigos.

Mas o sistema de avaliação por pares não é de todo a garantia de que não se tenha problema no campo da publicação de artigos científicos. São muitos os casos de resultados com manipulação e maquiagem de dados, com fraudes em metodologia das pesquisas, tudo isso pondo em questão todo o sistema.³⁵ A revista *Nature*, no artigo “Cientistas se comportando mal (*Scientists behaving badly*)”, de 2005, indica alguns desses casos, já amplamente divulgados:

Podemos citar os casos de Jan Hendrik Schön, físico alemão dos

³¹ <<http://www.ijact.org>>. Acesso em 31 jul.2016

³² Além de tudo, o artigo nem era de autoria de Peter Vamplew e sim de David Mazières e Eddie Kohler, das Universidades de Nova York e da Califórnia, respectivamente, escrito anos antes desse episódio.

³³ Conforme matéria publicada por <http://www.brasilpost.com.br/2014/12/11/revista-cientifica-me-tire-da-lista_n_6311262.htm>. Acesso 12 jun.2016.

³⁴ <<https://scholarlyoa.com/>>. Acesso em 31 jul.2016

³⁵ E também ver nota 12 nesse texto.

laboratórios Bell desmascarado em 2001; de Hwang Woo-suk, biólogo sul-coreano descoberto em 2005; ou do psicólogo Diederik Stapel, que se demitiu em 2011. Depois de ter estudado os 17 milhões de publicações científicas, de 1950 a 2007, referenciadas pela base de dados Medline, os pesquisadores Murat Çokol, Fatih Ozbay e Raul Rodriguez-Esteban observaram que a porcentagem de retratações de artigos pelas revistas ‘tem aumentado’ significativamente desde os primeiros escândalos científicos, nos anos 1970. (MOVOISIN, 2013).³⁶

O dramático desse frenesi de publicação é que, segundo o professor Derek Bok, ex-reitor da universidade de Harvard, 98% dos artigos publicados no campo de Artes e Humanidades nunca são citados por nenhum outro pesquisador e, ainda segundo ele, em Ciências Sociais o percentual é de 75% e mesmo nas ciências duras, 25% dos artigos também nunca são citados, sendo a média de citação entre 1 e 2%.³⁷

Esse panorama até aqui traçado nos leva a pensar na importância de se dar mais visibilidade à publicação científica e, nesse campo, a indexação das revistas e artigos e o registro dos mesmos em bases de dados e agregadores, são fundamentais. Atuando de forma bastante agressiva do ponto de vista de ocupação de espaço, da mesma forma e muitas vezes associada a elas, encontramos iniciativas comerciais que buscam justamente dar visibilidade à produção científica mundial. São os casos da *Academia.edu*, *Google Scholar* e *ResearchGate*, todas fundadas em empresas com fins lucrativos.

O exemplo mais contundente é a *Academia.edu* que possui mais 36 bilhões de visitantes ao mês e se constitui numa empresa privada da Califórnia que detêm as informações de pesquisadores espalhados pelo mundo afora. Além dela, duas outras plataformas privadas demonstram a dimensão da questão: a *Research Gate* possui oito milhões de usuários e 45 milhões de artigos em seu banco de dados e a *Mendley*, tem 2,5 milhões de usuários e 2,5 bilhões de documentos.³⁸

³⁶ Cf. artigo de Richard Monvoisin no *Le Monde Diplomatique* (2013). Referência do artigo original: Martinson; Anderson e Vries (2005).

³⁷ <https://www.washingtonpost.com/opinions/four-tough-things-universities-should-do-to-rein-in-costs/2015/11/25/64fed3de-92c0-11e5-a2d6-f57908580b1f_story.html>. Acesso em: 20 fev, 2016.

³⁸ <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01242507v1/file/Why_Are_We_Not_Boycotting_Academia.edu_%20%20My%20participation_%7BACAD2DB6-E294-4EC0-96E-8F228B078B285%7D.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016

O funcionamento desses bancos de artigos é relativamente simples e segue o modelo de diversas outras redes sociais onde o próprio usuário, no caso o pesquisador, procura o sistema para fazer o auto arquivamento de seus trabalhos. Não é praticado nenhum tipo de cobrança nem para postar nem para descarregar os artigos. No entanto, todos esses dados são usados de forma intensa pelas empresas, uma vez que, com esses dados, podem fazer importantes análises de mercado, constituindo-se em mais uma das perigosas estratégias das grandes empresas transnacionais que agregam valores com os conhecimentos e informações nelas depositados ou agregados pelos mecanismos de busca.

Há, no entanto, um interessante movimento de crítica à essas bases de dados, a exemplo de Garry Hall, pesquisador da *Conventry University*, no Reino Unido, que lidera um movimento de contestação ao uso do *Academia.edu*. A questão que faz Garry Hall e que foi tema de evento em dezembro de 2015, organizado pelo Centro de Mídia Disruptiva,³⁹ é simples e direta: “Por que não estamos boicotando a *Academia.edu*?”⁴⁰. No caso, as informações que postamos, com nossos *papers*, ficam disponíveis a todos integrantes da rede, mas, ao mesmo tempo, administrada pela empresa que, com isso, pode manipular esse grande conjunto de dados e das redes que ali se estabelecem, viabilizando a montagem das suas estratégias de negócios.

Para fazer frente ao crescimento dessas empresas com fins lucrativos que agregam valor aos seus negócios com a produção acadêmica mundial, alguns movimentos surgem em diversas partes do mundo. São vários os exemplos dessas plataformas e destacamos aqui os repositórios institucionais de acesso aberto, implantados em diversas universidades brasileiras e em todo o mundo, o Diretório de Revistas de Acesso Aberto (DOAJ), que congrega as revistas que possuem acesso aberto como o próprio nome já indica e o projeto *Public Library of Science*, com mais de 140 mil artigos analisados por pares, tendo mais de dois milhões de *downloads*.⁴¹ Um outro importante trabalho vem sendo feito pela Confederação de Repositórios em Acesso Aberto (COAR)⁴², uma associação sem fins lucrativos que busca dar visibilidade e viabilidade de pesquisa

³⁹ <<http://disruptivemedia.org.uk/>>. Acesso em 27 jul.2016.

⁴⁰ <<https://www.eventbrite.co.uk/e/why-are-we-not-boycotting-academiaedu-tickets-19653143080>>

⁴¹ <<https://www.plos.org/>>. Acesso em 31 jul.2016.

⁴² <<https://www.coar-repositories.org>>. Acesso em 28 jul. 2016.

nas redes globais de repositórios abertos. Hoje, o COAR representa mais de 80 instituições de 24 países da Europa, América Latina, Ásia e América do Norte. “Segundo estimativas do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que financia o projeto, as estratégias regionais para o Acesso Aberto poderiam beneficiar mais de 700.000 docentes, 70.000 pesquisadores e 15.000.000 de estudantes na América Latina”.⁴³

Uma outra frente, mais radical, na luta contra esse movimento privatista é o *SciHub*, um verdadeiro *Pirate Bay* para cientistas, criado pela neurocientista Alexandra Elbakyan, cazaquistanesa hoje sediada na Rússia, possuindo mais de 47 milhões de artigos avaliados por pares (segundo a Wikipédia são mais de 51 milhões⁴⁴), lá postados pelos próprios autores ou recuperados por buscadores. Recentemente foi lançado um *bot*⁴⁵ no comunicador instantâneo Telegram⁴⁶ para auxiliar o resgate dos artigos lá depositados. Com o simples envio pelo Telegram do título do artigo, é possível receber como resposta, quase que imediata, o link para o *download* do referido artigo.

Acompanhamos o imenso poderio das grandes corporações e, ao mesmo tempo, a luta de ativistas por reformas na legislação do direito autoral em diversos países considerando as transformações trazidas pelo digital. No caso brasileiro, mesmo tendo sido realizado um amplo processo de debate para a construção de uma nova legislação ao longo dos últimos anos, observamos que, por uma enorme pressão dos editores privados e dos grandes grupos de comunicação, nada foi encaminhado ou efetivado e continuamos com a uma Lei do direito autoral de 1996. Esse não será objeto de nossa discussão aqui, já o fizemos em outros textos (PRETTO; CORDEIRO; OLIVEIRA, 2013), existindo no Brasil alguns grupos de pesquisa que se debruçam intensamente sobre o tema.⁴⁷

⁴³ <<https://www.coar-repositories.org/news-media/coar-writes-open-letter-as-reaction-to-el-seviers-practices>>. Acesso em 25 jul. 2016.

⁴⁴ <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Sci-Hub>>. Acesso em 28 jul. 2016.

⁴⁵ Código que executa determinadas tarefas automatizadas, como, no caso, buscar um artigo na base de dados.

⁴⁶ <<http://telegra.org>>. Acesso em 31 jul.2016.

⁴⁷ Entre outros: GEPOPI (USP <<https://gpapai.usp.br/>>), GEDAI (UFPR <<http://www.gedai.com.br/>>), Centro de Tecnologia e Sociedade – CTS/FGV <<http://diretorio.fgv.br/cts>>

O futuro e os desafios para as nossas revistas

Como buscamos apresentar neste texto, estamos vivendo momentos de profundas transformações na forma como produzimos conhecimentos. Nossa atuação, no campo acadêmico, demanda uma reflexão mais profunda sobre as práticas de produção e publicação dos conhecimentos produzidos nas universidades e centros de pesquisa, especialmente aqueles sustentados com recursos públicos.

No campo da educação, especialmente no Brasil, não enfrentamos grandes desafios para publicar em revistas de acesso aberto por conta das já citadas políticas públicas e pelas presenças do SEER e o Scielo.

Os movimentos em torno do acesso aberto e das liberdades são fundamentais e precisam estar associados a outros não tão pequenos movimentos nos próprios processos de produção das revistas. Já temos, praticamente consolidado o SEER como sendo o sistema de nossas revistas, conforme já detalhamos anteriormente.

O momento agora é para avançar em algumas outras práticas que são fundamentais para a garantia de que todo esse processo de abertura e de liberdade seja efetivamente completo.

Um desses aspectos diz respeito à temática dos licenciamentos. Garantir que os artigos publicados em nossas revistas tenham claras definições sobre o licenciamento da obra é um passo necessário para que todos possam usufruir plenamente das produções. Nesse sentido, a adoção pelo Scielo do licenciamento *Creative Commons CC-BY*,⁴⁸ que corresponde ao licenciamento mais aberto de todas as demais licenças CC, foi de fundamental importância para impulsionar as demais revistas a adotarem esse tipo de licenciamento, um verdadeiro licenciamento da cultura livre.

Para além do licenciamento, precisamos pensar de forma mais concreta em uma radical mudança com relação aos formatos que utilizamos na composição das revistas. Hoje, grande parte delas não se preocupa com isso, aceita e até estimula o envio de arquivos em formatos proprietários como o *.doc*. Importante compreender que o formato de um arquivo é um mecanismo de poder sobre o conteúdo desse arquivo

⁴⁸ <http://blog.scielo.org/blog/2015/06/19/scielo-adota-cc-by-como-atribuicao-principal-de-acesso-aberto/#.V5p7y-1yhZ4>. Acesso em 03 jul.2015.

e de todo o sistema. Para Sérgio Amadeu da Silveira, os

formatos são instrumentos de biopoder. Condicionam e, em algumas situações, determinam nossa comunicação e nossa memorização. Em uma sociedade informacional com o uso intenso de softwares, a formatação do conjunto de informações, bem como nossa memorização torna-se dependente de formatos digitais. Assim, corporações de tecnologia procuram obter ganhos econômicos também a partir do controle dos formatos. (SILVEIRA, 2012, p. 112).

Nesse sentido, trabalharmos para a adoção de formatos abertos, por exemplo o ODF (*Open Document Format*), como sendo o padrão para as revistas acadêmicas, especialmente as do campo da educação, representa um avanço no sentido de libertá-las e libertarmos dos padrões proprietários fechados. Ao mesmo tempo, representa uma ação pedagógica fundamental na formação de uma sociedade que considere a questão dos formatos como parte integrante das lutas pelas liberdades de acesso, hoje e amanhã e, com isso possibilitar, nas palavras de Sérgio Amadeu da Silveira, o “enfrentamento das práticas de aprisionamento lógico, cerceamento e controle da criatividade.” (2012, p. 119).

Vale para os formatos, vale também para as fontes tipográficas que são utilizadas nos projetos editoriais das revistas. Apesar de ser adotada como padrão em muitos lugares do mundo e mesmo em normas técnicas como a ABNT, fontes do tipo TrueType e, mais especificamente a Times New Roman são proprietárias e, na mesma lógica do que aqui estamos preconizando, deveriam ser substituídas por fontes livres, a exemplo, da família Liberation Sans, que possui o mesmo espaçamento horizontal e vertical que a Times New Roman, podendo, assim, ser uma alternativa para a substituição das fontes proprietárias.⁴⁹

Por último, e não menos importante, a própria estrutura das revistas vive, da mesma forma que a indústria fonográfica, um importante momento para a sua reconfiguração. Como no caso da música, onde praticamente não faz mais sentido a aquisição de um disco (LP ou mesmo CD físico) como um conjunto de faixas, já que hoje buscamos a música e não as cerca de 12 ou 15 que compõem o CD, nas revistas

⁴⁹ Ver <http://blog.tiagopassos.com/2011/05/06/liberation-fonts-uma-alternativa-livre-as-fontes-proprietarias-do-windows-times-new-roman-courier-arial>. Acesso em 29 jul.2016.

acadêmicas, a edição com um número fixo de artigos começa a perder sentido.⁵⁰ Exceto quando se trata de um dossiê temático, a busca que se faz em uma determinada revista se dá pelo artigo, no singular e no específico do que ele trata. Ou, o mais comum, dos artigos no plural, plural esse aplicado também às diversas revistas capturadas pelos mecanismos de buscas, já que o que nos interessa é o que foi publicado sobre o tema e não em qual revista ele foi publicado. Mais ainda, não faz sentido a espera da montagem de um número determinado de artigos para se fechar um número da revista, artigos muitas vezes sem ligação um com o outro em termos temáticos, para, só então, publicá-los como a edição X da revista. Desta forma, até mesmo o *ahead of print* (que seria uma maneira de suplantiar esse problema) pode ser superado, com a imediata publicação do artigo analisado (por pares) e configurado de acordo com o projeto editorial da revista, em sua versão final, inclusive com a paginação definitiva. Assim, não existirá mais o conjunto da obra, pois cada artigo é, por si só, o *conjunto* da obra para aquela temática naquele momento. Não caberiam, dessa forma, nem mesmo a escrita de editoriais ou palavras do editor. A revista poderia ter, portanto, um fluxo contínuo e dinâmico, sem preocupação com encerramento de número ou volume. Buscar-se-ia, com isso, uma maior dinamicidade no processo de produção e circulação de informação, informação essa aberta e livre para que possa ser exaustiva e antropofagicamente consumida por leitores pesquisadores produtores de culturas e conhecimentos e não apenas consumidores de informações.

Esses movimentos, alguns até de desobediência civil, atuam no sentido de fazer circular a produção do conhecimento de forma livre e aberta, contribuindo para o avanço da ciência, da tecnologia, da educação e da cidadania planetária. Com isso teríamos maior possibilidade para darmos novos sentidos às redes colaborativas, com uma maior participação social visando a construção de espaços que se constituiriam em círculos virtuosos de produção de culturas e conhecimentos e não espaços de consumo de informações distribuídos de forma centralizada pelas grandes corporações transacionais.

⁵⁰ Também aqui vale a mesma consideração feita para os dossiês temático. Álbuns inteiros são importantes se elaborados na forma de conjunto e, se assim for, o usuário recupera todas as músicas do álbum, se assim o desejar.

Referências

ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L.; ABDO, A. H. (Org.). **Ciência Aberta**, questões abertas. Brasília: Ibict; Rio de Janeiro: UNIRIO, 2015.

ALMEIDA, E. C. E. De; GUIMARÃES, J. A.; ALVES, I. T. G. Dez anos do Portal de Periódicos da Capes: histórico, evolução e utilização. *Revista Brasileira de Pós Graduação (RBPG)*, Brasília, DF, v. 7, n. 13, p. 218–246. nov. 2010.

BARROS, M. A. de. A primavera acadêmica e o custo do conhecimento. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 365–377, set. 2012.

LEADBEATER, C. **We-think**: The Power of Mass Creativity. London: Profile, 2009.

LESSIG, L. **Free culture**. [S.l.]: Penguin Press New York, 2004.

MARTINSON, B. C.; ANDERSON, M. S.; VRIES, R. De. *Scientists behaving badly*. **Nature**, v. 435, n. 9, p. 737–738, June, 2005

MONVOISIN, R. *Pesquisa pública, publicação privada*. **Le Monde Diplomatique**, São Paulo, 7 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1342>>, acesso em 27/07/2016,.

PARRA, H. *Ciência cidadã: modos de participação e ativismo informacional*. In: ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L.; ABDO, A. H. (Org.). **Ciência Aberta**, questões abertas. Brasília/Rio de Janeiro: IBICT e UNIRIO, 2015, p. 121–142.

PRETTO, N. D. L. A Ciência nos meios de comunicação. **Revista Tecnologia Educacional**, Rio de Janeiro, v. XXI, n. 109, p. 3–16, 1992

PRETTO, N. De L. ; CORDEIRO, S. N. ; OLIVEIRA, W. dos S. Produção cultural e compartilhamento de saberes em rede: entraves e possibilidades para a cultura e a educação. **Educação em Revista**,

Belo Horizonte, v. 29, p. 17-40, 2013.

SANTANA, B.; ROSSINI, C.; PRETTO, N. D. L. **Recursos Educacionais Abertos**: práticas colaborativas e políticas públicas. Salvador: Edufba, 2012.

SILVEIRA, S. A. Aaron Swartz e as batalhas pela liberdade do conhecimento. **SUR**. Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, v. 10, n. 18, p. 7-16, jun 2013.

SILVEIRA, S. A. *Formatos abertos*. In: SANTANA, B.; ROSSINI, C.; PRETTO, N. D. L. (Ed.). **Recursos Educacionais Abertos**: práticas colaborativas e políticas públicas. Salvador: Edufba, 2012. p. 109 -120.

SILVEIRA, S. A.; PRETTO, N. D. L. **Além das redes de colaboração**: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder. Salvador: Edufba, 2008.

SIMON, I.; VIEIRA, M. S. O rossio não-rival. In: SILVEIRA, S. A.; PRETTO, N. D. L. *Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder*. Salvador: Edufba, 2008. p. 15 - 30.

WENDERS, W. **A lógica das imagens**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1990. V. 50.

